

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/06/2023 a 30/06/2023

Indexação: "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/4

91.2023	Sessão Ordinária - CD	01/06/2023-11:32
Publ.: DCD - 6/2/2023 -	Ana Paula Lima-PT -SC	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Aprovação, pela Casa, da Medida Provisória nº 1.154, de 2023, sobre a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Balanço positivo dos 5 meses do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Defesa de quebra dos 100 anos de sigilo imposto pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro. Defesa de condenação judicial do ex-Presidente da República por crimes praticados durante o seu Governo. Omissão do Governador do Estado de Santa Catarina, Jorginho Mello, no repasse de recursos às Prefeituras Municipais relativos ao Plano 1000.

A SRA. ANA PAULA LIMA (Bloco/PT - SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada.

Bom dia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nesta quinta-feira, depois de uma votação maravilhosa no dia de ontem, da reestruturação dos Ministérios.

Eu não poderia deixar também de aqui destacar alguns pontos importantes do Governo do Presidente Lula, que, em apenas 5 meses de Governo, já fez mais do que o antigo Presidente da República. Afinal, o antigo Presidente da República fez muito mal para o povo brasileiro.

Vou tratar só da questão da área da saúde: durante a pandemia, mais de 700 mil brasileiros e brasileiras morreram pela falta de vacina e pela negação da ciência. Nunca se perderam tantos brasileiros. Eu acho que o Brasil foi o país, proporcionalmente ao número de habitantes, que mais teve mortes pela pandemia de COVID, diante da ausência de um Governo que cuidasse da nossa gente.

Mas vamos falar de pauta positiva. Tem que fazer o L, sim, em homenagem ao Presidente Lula, pela gasolina, que baixou, pelo óleo *diesel*, que baixou, pelo óleo de soja, que baixou, e por muita coisa boa que tem acontecido no País. Os terraplanistas, que ainda não acreditam que a Terra é redonda, têm que



entender as notícias que o mundo está divulgando. O PIB do Brasil cresceu quase 2% no primeiro trimestre deste ano. Entendem que o crescimento foi acima da projeção do mercado, senhoras e senhores. Eu acho que parte dos partidos da Oposição já perceberam isso, até porque estão votando com o Presidente Lula.

O Brasil, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, será a Suíça da América Latina, queiram os senhores acreditar ou não, como prevê, inclusive, o economista Robin Brooks. Segundo ele, o grande superávit mensal do País dará estabilidade externa e força à moeda brasileira, transformando o Brasil na âncora da América Latina. Não é à toa que o nosso Chefe de Estado, o Presidente Lula, teve reunião com 12 Chefes de Estado, inclusive formando parcerias comerciais com esses países. O Brasil, sim, quer vender a esses países para aumentar cada vez mais a nossa economia, dar dignidade e gerar emprego para todo o povo. Inclusive, a taxa de desemprego caiu na última semana. Ainda segundo esse economista, isso vai dar ao Brasil estabilidade externa e uma moeda forte, diferentemente do restante dos países da América Latina. O Brasil será a âncora da nossa região.

Esse é o Brasil, sim, do Presidente Lula, que voltou a liderar a agenda global, que tirou o País do isolamento internacional. Isso porque, antigamente, havia um Presidente do qual tínhamos vergonha, que não aglutinava, não trazia nada de investimentos para o País.

Lula, em 5 meses de mandato, já visitou mais Chefes de Estado do que Bolsonaro em 4 anos de mandato. Só no último mês, o Presidente trouxe quase 100 bilhões de investimentos para o País. Só no meu Estado, Santa Catarina, toda semana, há um novo investimento do Governo Federal, seja na infraestrutura das BRs que não foram concluídas pelo antigo Presidente, seja nos hospitais filantrópicos, quanto à questão da saúde bucal ou para zerar a fila de cirurgias eletivas — 105 mil catarinenses estavam à espera disso há muitos anos. Devemos falar também dos investimentos nas obras que não foram concluídas na área da educação, como creches, escolas, quadras esportivas, diferentemente do outro Governo. A única coisa que o Presidente fazia quando visitava Santa Catarina era comer camarão, andar de *jet ski* e de motocicleta, participando de motociatas e usando o cartão corporativo para fazer despesas duvidosas. Mas esse país do atraso, graças a Deus, ficou para trás. E toda semana nós temos notícias positivas de um Governo que faz e cuida da sua gente.

Para concluir o tempo que me resta, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu também preciso dizer que o Governo Bolsonaro fez diversas ações que estamos acompanhando. Por isso, o sigilo de 100 anos precisa ser revelado, além de mais um agora, que é o rombo que o antigo Governo deu na Caixa Econômica Federal, feito pelo Presidente derrotado para comprar votos. A eleição do ano passado precisa ser passada a limpo quanto aos recursos do nosso povo usados para a compra de votos, que chegaram a quase 11 bilhões de reais. A gestão bolsonarista na Caixa foi marcada por assédio moral, assédio sexual, calote e

corrupção. Sabem quem vai pagar a conta desse calote? O povo brasileiro. Esse foi um rombo histórico jamais visto na Caixa Econômica Federal. Foram 11 bilhões de reais tirados de investimentos da nossa gente, do nosso povo, que estava sofrendo muito.

É urgente, então, que o ex-Presidente responda criminalmente por esses e tantos outros crimes que cometeu. É o caso das joias, do cartão corporativo, do rombo na Caixa Econômica e muito mais coisas que serão reveladas. Então, não vai haver anistia, não.

E por falar em calote, Jorginho Mello, que é o Governador do nosso Estado, também cometeu um calote com os Prefeitos de quase 295 Municípios — aprendeu direitinho com o bolsonarismo. Os Prefeitos de Santa Catarina estão, desde o primeiro dia da atual gestão, esperando o pagamento do Plano 1000, aquele que cada Prefeito fez para investimentos nos Municípios. As cidades cobram 3,2 bilhões de reais em investimentos nas obras paradas nos Municípios. Afinal, eram, sim, planos feitos pelos Prefeitos, e o Governo do Estado já tinha se comprometido a pagá-los, mas o Governo de Jorginho Mello não o está fazendo, diferentemente do Governo do Presidente Lula, que está retomando as obras inacabadas no Estado de Santa Catarina. Então, Governador Jorginho, pague, sim, aos Prefeitos, porque eles têm o direito de receber esses recursos, que são dos projetos do Plano 1000.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 2/4

91.2023	Sessão Ordinária - CD	01/06/2023-12:20
Publ.: DCD - 6/2/2023 -	Osmar Terra-MDB -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contrariedade à atribuição ao ex-Presidente Jair Bolsonaro da responsabilidade pelos 700 mil óbitos registrados no País em decorrência da COVID-19. Repúdio aos pronunciamentos político-ideológicos com relação à pandemia de coronavírus.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só queria fazer um comentário sobre a fala do Deputado que eu ouvi.

É a mania colocar a culpa de uma pandemia em uma pessoa, dizer que morreram 700 mil pessoas no Brasil, e a culpa é do Bolsonaro. Esse é o maior

absurdo, é a coisa mais ridícula que eu já vi na política.

Sr. Presidente, no período do Biden, já morreram 750 mil pessoas nos Estados Unidos. Ninguém fala que ele é genocida. Isso só no período do Biden, ainda há o período do Trump — o Bolsonaro foi o tempo todo Presidente —, foram quase 1 milhão e 200 mil pessoas. Proporcionalmente, houve muito mais mortes lá do que no Brasil.

Fizeram a vacina o mais cedo possível. Fizeram tudo o que tinham que fazer. O *lockdown* acabou sendo muito mais prejudicial na perda de vidas — e todo mundo o achava lindo — do que qualquer decisão, qualquer fala do Presidente. Ele garantiu vacina, garantiu tudo.

Eu queria dar só mais esta informação: no Reino Unido, que foi o primeiro lugar do mundo a vacinar — no dia 8 de dezembro de 2020, começou a vacinação —, morreu mais gente do que no Brasil, proporcionalmente à população, e ninguém fala que o Primeiro-Ministro britânico é genocida. Mais ainda, no Chile, aqui do lado, morreu mais gente do que no Brasil, proporcionalmente à população, e ninguém diz que o Boric...

É um absurdo. Eu acho que é um grande absurdo tentar personalizar, por motivos políticos, politizar a pandemia, transformar a pandemia em um discurso ideológico e político, sem base nenhuma na ciência.

Eu acho que esta Casa está devendo uma sessão geral para discutir isso, o que foi de errado na pandemia, o que aconteceu de certo, inclusive a efetividade das vacinas. Nós estamos devendo, o Ministério está devendo uma explicação.

Documento 3/4

91.2023	Sessão Ordinária - CD	01/06/2023-12:12
Publ.: DCD - 6/2/2023 -	Túlio Gadêlha-REDE -PE	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Contestação às críticas de Deputados ao Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro. Defesa da punição de agente de segurança venezuelano por agressão física praticada contra a jornalista Delis Ortiz.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Pompeo de Mattos, estimados colegas presentes aqui no Parlamento brasileiro, primeiramente, eu queria dizer que é natural de toda a democracia a crítica a governantes seja lá qual for a posição política deles.

Nesses últimos dias, temos observado aqui neste Parlamento críticas contundentes ao Presidente venezuelano Nicolás Maduro, e essas críticas, Deputado Chico, fazem parte da democracia. O Presidente Bolsonaro, por exemplo, quando esteve na França, foi muito criticado pelos Parlamentares franceses; quando esteve nos Estados Unidos, foi muito criticado pelos Parlamentares norte-americanos; e isso faz parte da democracia; um Presidente que, à época, negou a vacina, negou a ciência, permitiu que mais de 700 mil brasileiros morressem em decorrência de uma pandemia. Então, sabemos que as críticas têm um caráter político de cada um dos lados aqui deste Parlamento, e nós respeitamos essa crítica.

Também estiveram aqui no Brasil líderes de outros países. Da Argentina, esteve Alberto Fernández aqui presente nesta semana, bem como líderes da Bolívia, do Chile, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Paraguai, do Suriname, do Uruguai, do Peru e da própria Venezuela.

Presidente, o que eu acho que deve ser aqui motivo de crítica de todos os lados, da Direita, da Esquerda e do Centro, é a agressão sofrida pela jornalista Delis Ortiz, que, enquanto tentava conseguir uma entrevista na saída do Presidente venezuelano, levou um soco no peito, ao que apuramos aqui, de um funcionário de segurança do Presidente venezuelano. O GSI — Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República ainda apura para saber como se deu esse fato. A jornalista foi agredida e precisou de atendimento médico. Precisamos falar sobre isso no Parlamento. Precisamos conversar com o Presidente Lula para que episódios como esses não se repitam. Nosso Governo não é da violência, nosso Governo não é do cerceamento da liberdade de imprensa. O nosso Governo popular e democrático é solidário com a jornalista Delis Ortiz. Por isso deixo aqui nossa solidariedade assim como também deixo o nosso pedido de respostas, ou seja, apuração dos fatos e a punição daqueles agressores que cometeram esse crime contra a jornalista Delis Ortiz.

A nossa solidariedade, o nosso total apoio à democracia e à imprensa brasileira.

Documento 4/4

101.2023

Sessão Ordinária - CD 14/06/2023-21:50

Publ.: DCD - 6/15/2023 -

Laura Carneiro-PSD -RJ

ENCERRAMENTO

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Transcurso do 33º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente. Conquistas e desafios do ECA. Reflexos da crise sanitária global sobre o

público jovem.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Estatuto da Criança e do Adolescente aproxima-se do seu 33º aniversário com muitas conquistas a celebrar e desafios a vencer.

O ECA foi aprovado no alvorecer da reconstrução democrática brasileira, quando a Constituição Federal vigente nem sequer tinha completado 2 anos. A partir de então, o Brasil tornou-se o primeiro país da América Latina a reconhecer que o público até 18 anos de idade é formado por sujeitos de direito dignos de especial proteção.

O caráter precoce da iniciativa também é evidenciado por ter sido adotada menos de 1 ano após a aprovação, pela ONU, da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. Aliás, importa destacar que as normas brasileiras foram aprovadas antes mesmo de as internacionais entrarem em vigor.

Além disso, a época desses eventos foi marcada pelas discussões sobre o tema em nossa Assembleia Constituinte, das quais resultou o art. 227 da Constituição Federal. Com isso, o dever de cuidar das crianças e dos adolescentes com prioridade absoluta foi atribuído cumulativamente à família, ao Estado e à sociedade.

É importante destacar que o ECA surgiu quando a matéria era amplamente debatida pela população. Demonstrando o seu protagonismo, o povo brasileiro entregou ao Congresso Nacional um documento apoiado por 1 milhão de assinaturas populares.

Dessa iniciativa surgiram normas, cujo elevado valor é reconhecido mundialmente, que foram responsáveis por inúmeras

conquistas. Entre elas, quero citar a redução do trabalho infantil e do número de crianças e adolescentes sem estudar, bem como a criação dos conselhos tutelares e o término do tratamento de menores em situação de vulnerabilidade no mesmo espaço que os jovens infratores.

Ocorre que, neste momento, o público infantojuvenil enfrenta novas dificuldades, que foram bastante evidenciadas pela recente pandemia. De acordo com Luiza Teixeira, especialista em Proteção da Criança no Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil — Unicef Brasil, o público mais jovem foi o mais afetado pela crise sanitária global.

Com o isolamento social, foram suspensos os serviços da rede de proteção e muitas escolas foram fechadas. Isso levou a severos prejuízos pedagógicos, prejudicou a saúde mental de crianças e adolescentes.

Além disso, ampliaram-se significativamente os riscos de maus-tratos, negligência, violência, discriminação e abusos em geral, num momento em que houve aumento da pobreza no País.

Todas essas considerações são relevantes porque tratam de problemas com significativas repercussões para o futuro. Aliás, há sinais de que a pandemia evidenciou a exacerbação de situações de isolamento que já estavam se tornando comuns. Exemplo disso é a diminuição do contato direto entre as pessoas, que deu lugar ao contato intermediado por dispositivos tecnológicos.

Desse modo, estamos nos aproximando de mais um aniversário do ECA e temos muitos desafios pela frente. E eles devem servir de inspiração para que possamos aprimorar as disposições do Estatuto e assegurar a continuidade dos bons resultados.

A proteção de crianças e adolescentes e a garantia de seus

direitos fundamentais foram uma conquista importante da sociedade brasileira, que, com isso, caminha na direção de padrões civilizatórios mais elevados. Nada mais justo, portanto, do que esta homenagem que prestamos ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Muito obrigada.
